

14 de fevereiro de 2020

## Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais e de Despesas em Proteção do Ambiente (2017)

### **O VAB do setor dos bens e serviços ambientais diminuiu 0,9% em 2017, mas as exportações e o emprego cresceram mais do que no total da economia**

Em 2017, o setor de bens e serviços ambientais gerou 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 3,7% das exportações e 2,4% do emprego. Comparativamente com o ano anterior, as exportações aumentaram 20,0% e o emprego 3,7%, evidenciando maior dinamismo do que no total da economia (11,6% e 3,4%, respetivamente). O VAB e a produção, pelo contrário, registaram taxas de crescimento inferiores às da economia nacional, tendo o VAB diminuído ligeiramente (-0,9%, face ao aumento de 4,7% para o conjunto da economia). Cerca de um quarto da produção (23,6%) destinou-se a exportação.

Em 2016, Portugal foi o quinto país da UE28 com maior peso do VAB do setor dos bens e serviços ambientais no VAB nacional (3,0%, superior à média da UE28, de 2,4%) e das exportações no total nacional (3,5%).

Em 2017, a Despesa Nacional em Proteção do Ambiente (DNPA) totalizou 2.721 M€ (1,4% do PIB), tendo aumentado 18,9% relativamente ao ano anterior (após um decréscimo de 6,3% em 2016), refletindo aumentos na despesa de consumo final, consumo intermédio e investimento e a diminuição das transferências recebidas do Resto do Mundo.

Este destaque sintetiza os principais resultados das Contas do setor de bens e serviços ambientais (CSBSA), por domínio ambiental, e das Contas de despesas em proteção do ambiente (CDPA) para 2017. No final deste destaque são apresentadas notas metodológicas sobre os dois projetos.

No portal do INE, na área de divulgação das Contas Nacionais ([secção das Contas Satélite](#)) são disponibilizados quadros adicionais.

#### **1. Contas do setor de bens e serviços ambientais (CSBSA)**

O setor de bens e serviços ambientais compreende os bens e serviços produzidos com a finalidade de proteção do ambiente e de gestão dos recursos. A **proteção do ambiente** inclui todas as atividades e ações que tenham por objetivo principal a prevenção, a redução e a eliminação da poluição, bem como qualquer outra degradação do ambiente. A **gestão dos recursos** inclui a preservação, a manutenção e o reforço dos recursos naturais existentes e, por conseguinte, pretende combater a sua diminuição e evitar o seu esgotamento (v. notas metodológicas).

## 1.1. Principais resultados

Em 2017 o setor de bens e serviços ambientais:

- Produziu 13.147 M€ (correspondendo a 3,8% da produção nacional);
- Gerou 4.803 M€ de VAB (2,8% do VAB nacional);
- Exportou 3.107 M€ (3,7% das exportações nacionais);
- Empregou 109.361 equivalente a tempo completo (ETC) (2,4% do emprego nacional);
- Registou uma taxa de crescimento da produção inferior à da economia nacional (5,4% face a 7,1%);
- Apresentou uma ligeira redução do VAB (-0,9%), determinada pela evolução do VAB associado à produção de energia proveniente de fontes renováveis, por oposição a um aumento no VAB da economia nacional (+4,7%);
- Registou taxas de crescimento superiores às da economia nacional no emprego (3,7%, que compara com 3,4%) e nas exportações (20,0%, face ao aumento de 11,6% do total das exportações).

**Quadro 1: Principais resultados das Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (2015 – 2017)**

		2015	2016	2017	Variação 2015/2016 (%)	Variação 2016/2017 (%)
<b>Produção de bens e serviços ambientais</b>		<b>11.514</b>	<b>12.470</b>	<b>13.147</b>	<b>8,3</b>	<b>5,4</b>
<i>Produção da economia nacional</i>	10 <sup>6</sup> euros	317.833	324.823	347.793	2,2	7,1
Peso da produção de bens e serviços ambientais na economia		3,6%	3,8%	3,8%		
<b>VAB do setor de bens e serviços ambientais</b>		<b>4.389</b>	<b>4.845</b>	<b>4.803</b>	<b>10,4</b>	<b>-0,9</b>
<i>VAB da economia nacional</i>	10 <sup>6</sup> euros	156.517	161.993	169.642	3,5	4,7
Peso do VAB do setor de bens e serviços ambientais na economia		2,8%	3,0%	2,8%		
<b>Exportações do setor de bens e serviços ambientais</b>		<b>2.425</b>	<b>2.589</b>	<b>3.107</b>	<b>6,7</b>	<b>20,0</b>
<i>Exportações da economia nacional</i>	10 <sup>6</sup> euros	72.991	74.989	83.717	2,7	11,6
Peso das exportações do setor de bens e serviços ambientais na economia		3,3%	3,5%	3,7%		
<b>Emprego do setor de bens e serviços ambientais</b>		<b>99.564</b>	<b>105.463</b>	<b>109.361</b>	<b>5,9</b>	<b>3,7</b>
<i>Emprego da economia nacional</i>	ETC	4.327.565	4.426.856	4.579.158	2,3	3,4
Peso do Emprego do setor de bens e serviços ambientais na economia		2,3%	2,4%	2,4%		

Fonte: INE (Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais; Contas Nacionais)

## 1.2. Resultados por domínio ambiental

Os bens e serviços ambientais agrupam-se em duas classificações:

- **Proteção do ambiente (CEPA)** - tecnologias, bens e serviços que reduzem ou previnem as quantidades de materiais danosos que prejudicam o ambiente;
- **Gestão dos recursos (CReMA)** - tecnologias, bens e serviços que gerem e conservam os recursos naturais.

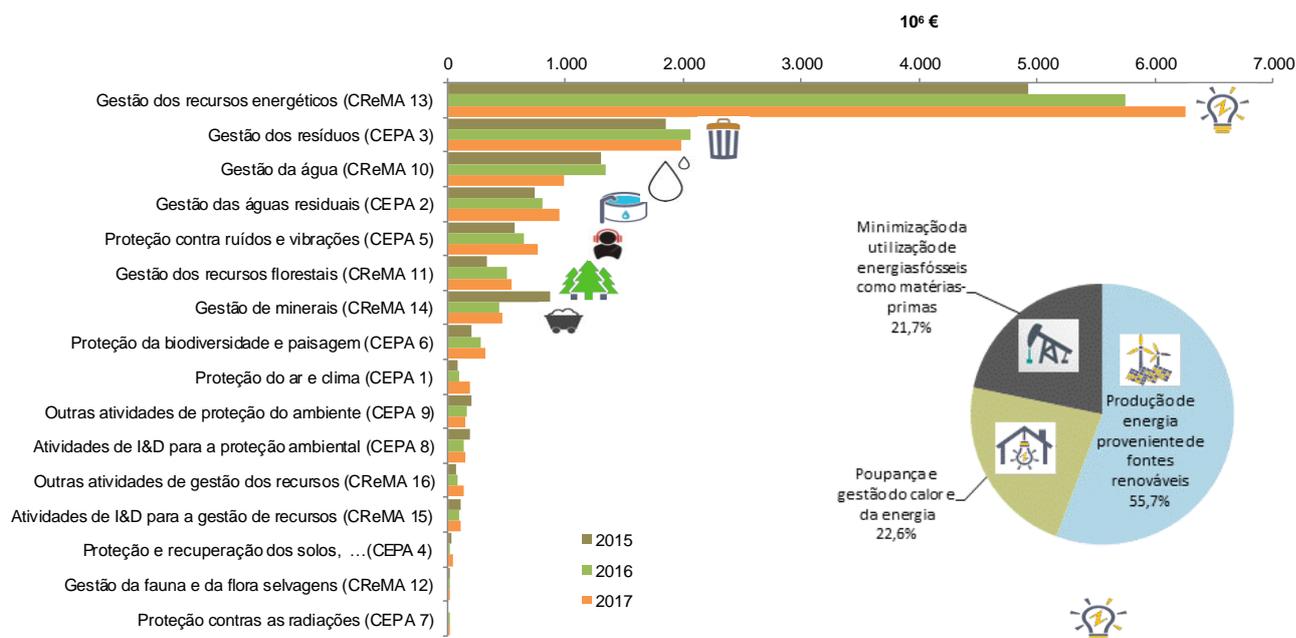
Em 2017, a produção de bens e serviços de proteção do ambiente totalizou 4.612 M€ (35,1%) e a de gestão dos recursos atingiu 8.535 M€ (64,9%).

A produção relativa a **proteção do ambiente** aumentou 9,2%, fundamentalmente em resultado de crescimentos na *gestão das águas residuais* (19,1%) e na *proteção contra ruídos e vibrações* (18,1%). O aumento da *gestão dos recursos* foi menos acentuado que no ano anterior (3,5%, que compara com 7,8% em 2016), devido, sobretudo, a um abrandamento na produção de *gestão dos recursos energéticos*, que passou de um crescimento de 16,8% em 2016 para 8,6% em 2017. Este resultado foi influenciado pelo ano hidrológico desfavorável (a *Produção de energia proveniente de fontes renováveis*, que representa 55,7% da *gestão dos recursos energéticos*, decresceu 10,8%), parcialmente compensado pelo aumento da produção de equipamento associado às energias renováveis e à eficiência energética.

A análise por domínios revela que a *gestão dos recursos energéticos* se manteve como o mais relevante, representando quase metade do total de produção de bens e serviços ambientais (47,6%).

A *gestão dos resíduos* constituiu o segundo domínio mais importante (14,5%) da produção de bens e serviços ambientais, seguido da *gestão da água* e da *gestão das águas residuais*, praticamente equivalentes (7,8% e 7,3%, respetivamente).

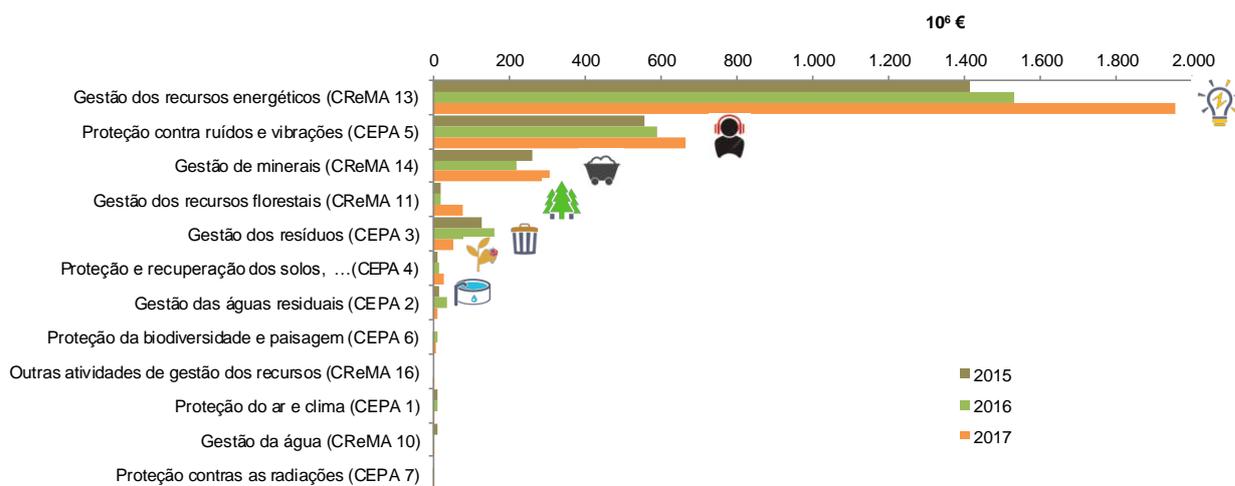
**Gráfico 1: Produção por domínio ambiental (2015 - 2017)**



Fonte: INE ([Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais](#))

Em 2017, 23,6% da produção de bens e serviços ambientais destinou-se a exportação (comparativamente a 21,1% em 2015 e 20,8% em 2016). A *gestão dos recursos energéticos* foi responsável por 63,0% dessas exportações, com um crescimento de 27,8% face ao ano anterior. Destaca-se igualmente a *proteção contra ruídos e vibrações*, com um peso relativo de 21,4% e um crescimento de 12,6%, nomeadamente, pelo reforço das exportações de silenciadores para veículos automóveis.

**Gráfico 2: Exportação por domínio ambiental (2015 - 2017)**



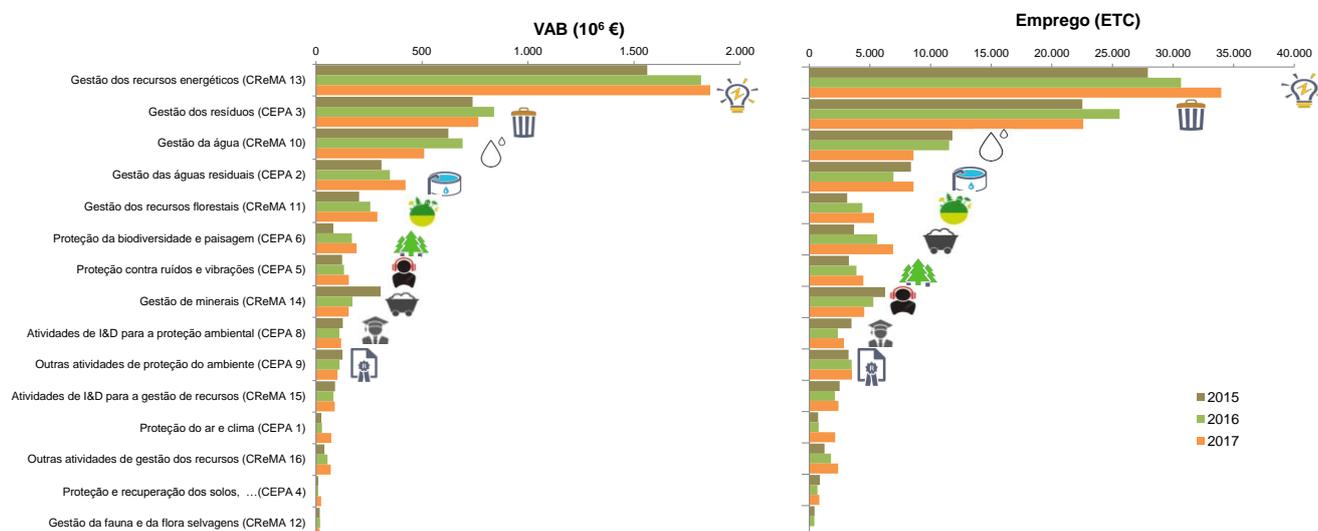
Fonte: INE ([Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais](#))

Em 2017, o VAB do setor de bens e serviços de **proteção do ambiente** totalizou 1.774 M€ (36,9%) e o da **gestão dos recursos** 3.029 M€ (63,1%).

O VAB relativo a **proteção do ambiente** cresceu 1,1%, enquanto o VAB da **gestão dos recursos** decresceu 2,1%, devido, sobretudo, à redução de 13,4% do VAB associado à *produção de energia proveniente de fontes renováveis*. Detalhando a análise deste domínio por ramo de atividade verifica-se que o VAB da *produção de energia proveniente de fontes renováveis* gerado pelo ramo da Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio (D) decresceu 35,7%, o que ilustra o impacto do ano hidrológico adverso.

Os domínios ambientais que mais contribuíram para o VAB foram a *gestão dos recursos energéticos* (39,0%), a *gestão dos resíduos* (13,6%) e a *gestão da água* (11,1%). A hierarquização das atividades em termos de emprego foi semelhante: a *gestão dos recursos energéticos* foi a mais relevante (31,1%), seguindo-se a *gestão dos resíduos* (20,7%) e a *gestão da água* e a *gestão das águas residuais* (ambas com 7,9%).

**Gráfico 3: VAB e Emprego por domínio ambiental (2015 - 2017)**



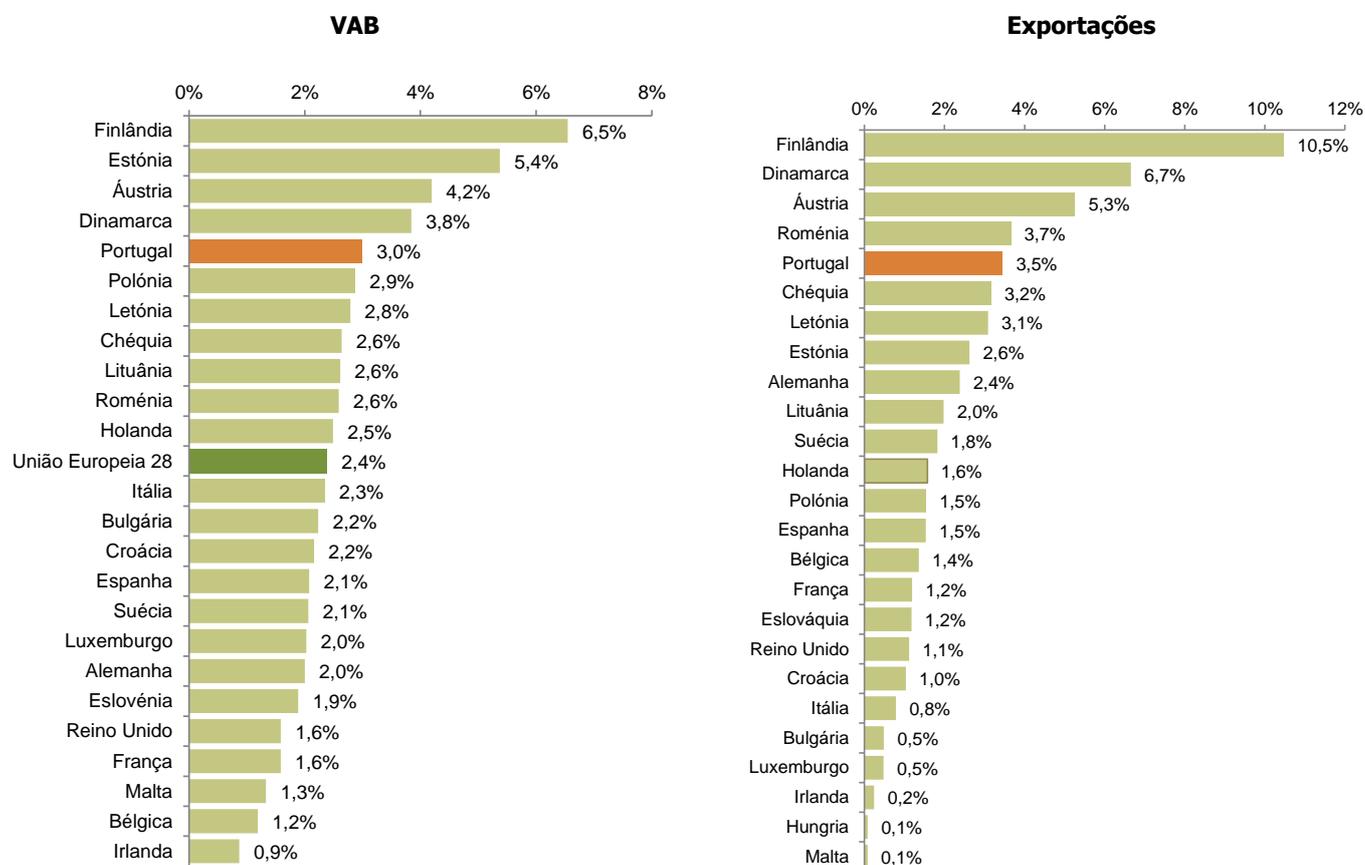
Fonte: INE ([Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais](#))

### 1.3. Comparações Internacionais

Tendo como referência 2016, o último ano com informação disponível para a generalidade dos países da UE28, Portugal registou a quinta posição relativa mais elevada, tanto em termos de peso do VAB dos Bens e Serviços Ambientais no VAB nacional (3,0%, superior à média da UE28, de 2,4%), como em termos das exportações de Bens e Serviços Ambientais nas exportações nacionais (3,5%). A Finlândia foi o país com a maior importância relativa do VAB de Bens e Serviços Ambientais (6,5%) bem como das exportações (10,5%).

As comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma prudência. Com efeito, nem todos os dados apresentados têm origem em Contas Satélite, podendo em alguns casos resultar da apropriação simples de inquéritos. Adicionalmente, não existe ainda uma total harmonização no tipo de bens e serviços ambientais e de unidades consideradas no perímetro da CSBSA.

**Gráfico 4: Peso (%) do VAB e das Exportações do setor dos bens e serviços ambientais no VAB nacional e nas Exportações nacionais, em países da UE (2016)**



Fonte: Eurostat (dados extraídos em 6 de fevereiro de 2020).

## 2. Contas de Despesas em Proteção do Ambiente (CDPA)

As CDPA incidem predominantemente sobre os serviços específicos de **proteção do ambiente**, maioritariamente representados pela *gestão dos resíduos* e pela *gestão das águas residuais*.

Comparativamente com as CSBSA, as CDPA limitam os domínios de observação à proteção do ambiente (CEPA), não abrangendo a gestão dos recursos (CReMA) (v. notas metodológicas).

A **despesa nacional em proteção do ambiente** (DNPA) é a variável principal, correspondendo aos recursos económicos afetos à proteção do ambiente. Este indicador é obtido da seguinte forma:

DNPA =

despesa de consumo final

+ consumo intermédio (CI)<sup>1</sup>

+ *investimento* (FBCF+NP)<sup>2</sup>

- transferências correntes e de capital recebidas do Resto do Mundo

+ transferências correntes e de capital pagas ao Resto do Mundo

### 2.1. Principais resultados

Em 2017, destacaram-se os seguintes resultados relativamente aos **serviços de proteção do ambiente**:

- A despesa de consumo final foi 1.058 M€ (0,7% da despesa de consumo final da economia);
- O consumo intermédio de serviços de proteção de ambiente atingiu 1.372 M€ (0,8% do consumo intermédio nacional);
- O *investimento* (para a produção de serviços de proteção do ambiente) foi 578 M€ (1,8% do investimento total da economia);
- As transferências para proteção do ambiente do Resto do Mundo (RM) totalizaram 293 M€ (3,0% do total de transferências do RM);
- A DNPA foi 2.721 M€ (1,4% do PIB nacional).

Após um decréscimo entre 2015 e 2016 de 6,3%, a DNPA aumentou 18,9% em 2017, registando-se acréscimos da despesa de consumo final, do consumo intermédio e do investimento, enquanto as transferências recebidas do Resto do Mundo (RM) diminuíram significativamente. Com efeito, observou-se:

- Um aumento da despesa de consumo final em 10,4%, superior aos 3,5% registados na economia nacional;
- Um crescimento do consumo intermédio de 3,0%, enquanto na economia nacional cresceu 9,4%;

<sup>1</sup> Consumo intermédio (CI), excluindo o CI de serviços de proteção do ambiente por parte dos produtores especialistas em proteção do ambiente (produtores cuja atividade principal é a produção de serviços de proteção de ambiente).

<sup>2</sup> Soma da formação bruta de capital fixo (FBCF) e aquisições líquidas de cessões de ativos não produzidos (NP).

- Um acréscimo de 13,1% do *investimento* para a produção de serviços de proteção do ambiente, a par do aumento de 13,8% no país. Para esta evolução concorreram o acréscimo na ordem de 20% nas Administrações Públicas (AP) (responsáveis por quase 50% do investimento total) e de 5,4% nas Sociedades;
- Após o aumento de 61,5% das transferências para PA recebidas do RM em 2016, verificou-se uma redução de 42,9%. Estas flutuações ficam a dever-se, em parte, a variações nos montantes recebidos no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), essencialmente na sua vertente agroambiental.

**Quadro 2: Principais resultados das Contas de Despesas em Proteção do Ambiente (2015 - 2017)**

		2014	2015	2016	2017	Variação 2015/2016 (%)	Variação 2016/2017 (%)
<b>Despesa nacional em PA (DNPA)</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>2.482</b>	<b>2.442</b>	<b>2.289</b>	<b>2.721</b>	<b>-6,3</b>	<b>18,9</b>
<b>Despesa de consumo final de serviços PA</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>857</b>	<b>861</b>	<b>958</b>	<b>1.058</b>	<b>11,4</b>	<b>10,4</b>
<i>Despesa de consumo final na economia nacional</i>		146.289	149.890	154.824	160.214	3,3	3,5
Peso da despesa de consumo final de serviços PA na economia nacional		0,6%	0,6%	0,6%	0,7%		
<b>Consumo intermédio (CI) de serviços PA<sup>1</sup></b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>1.180</b>	<b>1.212</b>	<b>1.332</b>	<b>1.372</b>	<b>9,9</b>	<b>3,0</b>
<i>Consumo intermédio na economia nacional</i>		158.695	161.316	162.830	178.151	0,9	9,4
Peso do CI para a produção de serviços PA no CI da economia nacional		0,7%	0,8%	0,8%	0,8%		
<b>Investimento (FBCF+NP) para a produção de serviços PA</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>610</b>	<b>684</b>	<b>511</b>	<b>578</b>	<b>-25,3</b>	<b>13,1</b>
<i>Investimento, na economia nacional</i>		26.013	27.886	28.893	32.888	3,6	13,8
Peso do <i>investimento</i> para a produção de serviços PA na economia nacional		2,3%	2,5%	1,8%	1,8%		
<b>Transferências correntes<sup>2</sup> e de capital recebidas do Resto do Mundo para PA</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>170</b>	<b>318</b>	<b>514</b>	<b>293</b>	<b>61,5</b>	<b>-42,9</b>
<i>Total das transferências correntes e de capital recebidas do Resto do Mundo (RM)</i>		10.232	10.162	9.694	9.635	-4,6	-0,6
Peso das transferências recebidas para a PA no total das transferências recebidas do RM		1,7%	3,1%	5,3%	3,0%		
<b>Transferências correntes e de capital pagas ao Resto do Mundo para PA</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>-55,2</b>	<b>243,8</b>
<i>Total das transferências correntes e de capital pagas ao Resto do Mundo (RM)</i>		3.874	3.608	3.630	3.232	0,6	-11,0
Peso das transferências pagas para a PA no total das transferências pagas ao RM		0,1%	0,1%	0,0%	0,2%		

1 - excluindo o CI de serviços PA por parte dos produtores especialistas em proteção do ambiente

2 - incluindo os subsídios

por memória:

<b>PIB</b>	10 <sup>6</sup> euros	<b>173.053,7</b>	<b>179.713,2</b>	<b>186.489,8</b>	<b>195.947,2</b>	<b>3,8</b>	<b>5,1</b>
------------	-----------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------	------------

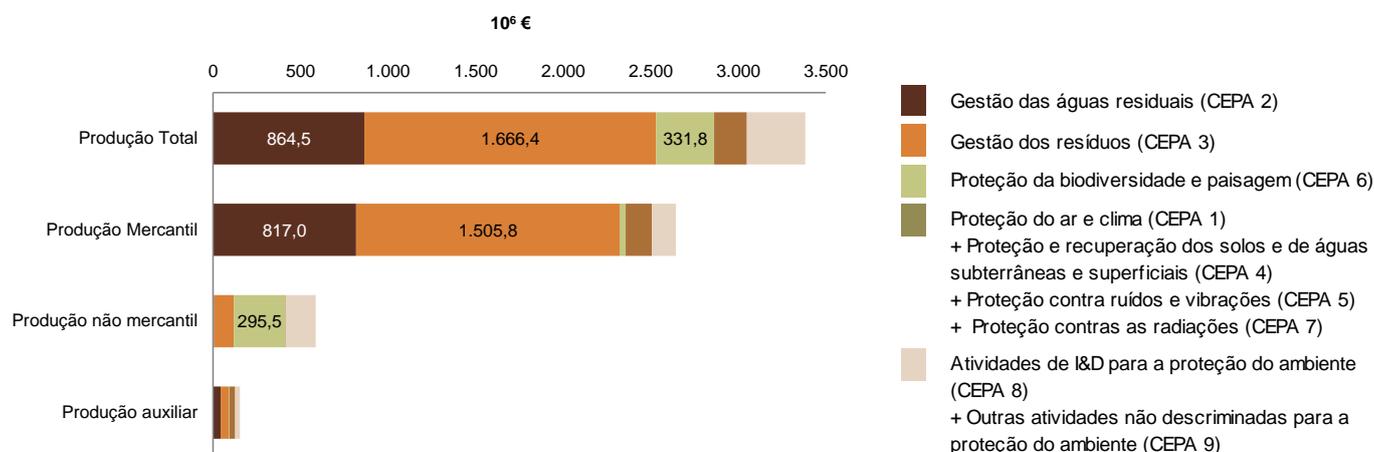
Fonte: INE (Contas de Despesas em Proteção do Ambiente; Contas Nacionais)

O Consumo intermédio total em serviços de proteção do ambiente é obtido pelo balanço entre os recursos e utilizações de serviços de proteção do ambiente, sendo que a produção é o recurso principal.

Na produção de serviços de proteção de ambiente de 2017 por domínio ambiental, à semelhança dos anos anteriores, destaca-se:

- A *gestão dos resíduos* foi o domínio mais relevante (49,3%), seguido da *gestão das águas residuais* (25,6%);
- A *gestão dos resíduos* foi dominante em todos os tipos de produção, exceto na produção não mercantil, em que a *proteção da biodiversidade e paisagem*, com 295,5 M€, foi o principal domínio (50,4% do total).

**Gráfico 5: Principais variáveis das Contas de Despesas em Proteção do Ambiente, por Domínio ambiental (2017)**

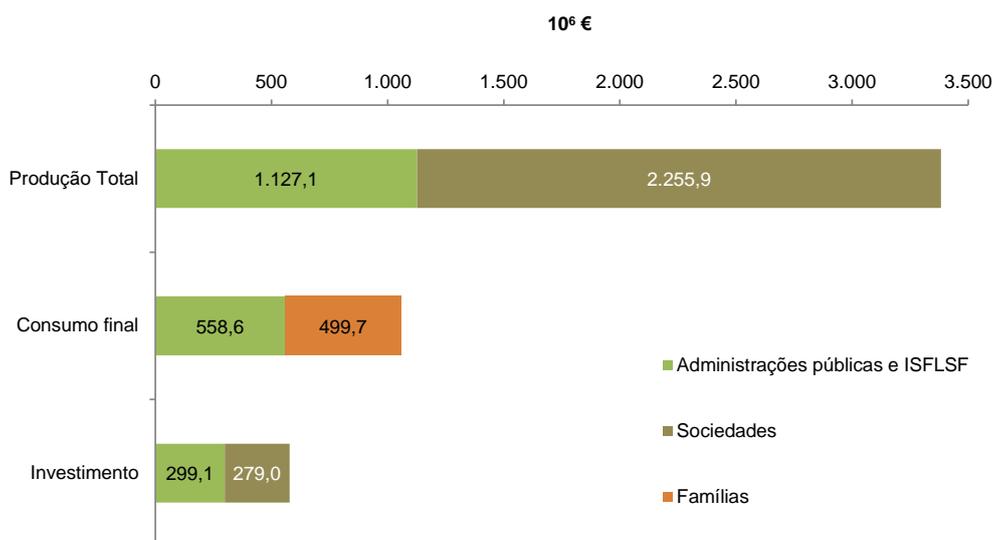


Fonte: INE (Contas de Despesas em Proteção do Ambiente)

Em termos de setores institucionais, em 2017:

- As **Sociedades** foram responsáveis por 66,7% da produção total e as **AP e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias** (ISFLSF) pelo remanescente (33,3%);
- A despesa de consumo final em serviços de proteção de ambiente das **AP e ISFLSF** representou 52,8% do total, cabendo às **Famílias** os restantes 47,2%;
- As **AP e ISFLSF** foram responsáveis por 51,7% do investimento para a produção de serviços de proteção ambiental e as **Sociedades** pelos outros 48,3%, invertendo a posição relativa registada no ano anterior, em que coube às sociedades 51,8% do total.

**Gráfico 6: Principais variáveis das Contas de Despesas em Proteção do Ambiente, por Setor Institucional (2017)**



Fonte: INE (Contas de Despesas em Proteção do Ambiente)

### Notas Metodológicas:

As Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA) e as Contas de Despesas em Proteção do Ambiente (CDPA) integram o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA) e são dois módulos de transmissão obrigatória, a partir de 2017, para cumprimento do Regulamento (UE) N.º 538/2014. Os Estados Membros passam a ter obrigatoriedade de reporte destas contas ao Eurostat desde Dezembro de 2017. Em cada transmissão de dados à Comissão, os Estados-Membros fornecem dados anuais para os anos  $n-2$ ,  $n-1$  e  $n$ , sendo  $n$  o ano de referência.

As contas do ambiente foram desenvolvidas em interligação com o sistema central das Contas Nacionais. Constituem um sistema de contas satélite que apresenta informação ambiental num formato compatível com a informação das Contas Nacionais, possibilitando uma análise integrada.

Os agregados macroeconómicos para a economia nacional têm como referência as Contas Nacionais portuguesas em base 2016.

### A.1 Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA)

Além do Regulamento, as CSBSA têm como principais documentos metodológicos de referência os manuais do Eurostat: *Environmental goods and services sector accounts Handbook* e *Environmental goods and services sector accounts Practical guide*. Adicionalmente, e uma vez que as CSBSA são um projeto coerente com o Sistema de Contas Nacionais, o recurso aos conceitos e nomenclaturas deste último afigura-se imprescindível, sendo observadas as suas referências metodológicas, nomeadamente o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN2008) e o Sistema Europeu de Contas (SEC 2010).

As estatísticas sobre bens e serviços ambientais registam e apresentam dados sobre atividades de produção das economias nacionais que geram produtos ambientais de uma forma compatível com os dados transmitidos no âmbito do SEC 2010. Os produtos ambientais (bens e serviços ambientais) têm como objetivo principal a proteção ambiental ou gestão dos recursos. A seleção e classificação dos produtos e atividades económicas abrangidos por este projeto obedecem ao determinado pelo manual *Environmental goods and services sector accounts Practical guide*.

Os resultados da CSBSA não são diretamente comparáveis com os resultados do Inquérito ao Setor de Bens e Serviços do Ambiente (ISBSA), porque: 1) a CSBSA é uma estatística derivada, isto é, cruza várias fontes de informação (incluindo o ISBSA); 2) a CSBSA é uma conta satélite das Contas Nacionais, pelo que utiliza fontes, metodologias e princípios idênticos, nomeadamente o da exaustividade.

### Principais fontes de informação

- INE:
  - Contas Nacionais (Base 2016);
  - Contas Nacionais (Base 2011);
  - Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE);
  - Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA);
  - Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços de Ambiente (ISBSA);
  - Inquérito aos Municípios em Proteção do Ambiente (IMPA);
  - Inquérito às Empresas de Gestão e Proteção do Ambiente (IEGPA);
  - Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (IEDCB);
  - Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos (IEGRU);
  - Inquérito às Organizações não-governamentais de Ambiente (IONGA).
- Outras fontes:
  - Balancetes analíticos detalhados das entidades das Administrações públicas (incluindo a Conta Geral do Estado);
  - Informação Empresarial Simplificada (IES);
  - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
  - Portal das unidades de atividade económica;
  - Relatórios e Contas.

Os dados da CSBSA encontram-se desagregados de acordo com as nomenclaturas de atividades e produtos ambientais:

### Quadro A.1: Classificação dos domínios do setor de bens e serviços ambientais

Classificação dos domínios do setor de bens e serviços ambientais		
Atividades de proteção do ambiente		Exemplos
CEPA 1	Proteção do ar e clima	Equipamento de redução de emissões atmosféricas.
CEPA 2	Gestão das águas residuais	Recolha e tratamento de águas residuais, incluindo atividades de monitorização e regulação.
CEPA 3	Gestão dos resíduos	Recolha e tratamento de resíduos, incluindo monitorização e regulação. Reciclagem e compostagem, limpeza de ruas e recolha de lixo público.
CEPA 4	Proteção e recuperação dos solos, águas subterrâneas e águas superficiais	Monitorização e controlo do solo e da poluição das águas subterrâneas.
CEPA 5	Proteção contra ruídos e vibrações	Redução do ruído em locais frequentados pelo público (piscinas, discotecas, etc.), produção de silenciadores de veículos automóveis, etc.
CEPA 6	Proteção da biodiversidade e paisagem	Manutenção ou estabelecimento de determinados tipos de paisagem, biótopos, eco-zonas, etc. com ligação clara à preservação da biodiversidade.
CEPA 7	Proteção contra as radiações	Manuseamento, transporte e tratamento de resíduos radioativos de alto nível que requerem blindagem durante o manuseamento e o transporte normais.
CEPA 8	Investigação e desenvolvimento do ambiente (I&D)	I&D destinada à proteção ambiental (identificação e análise de fontes de poluição, seus efeitos sobre seres humanos, espécies e biosfera); I&D para a prevenção e eliminação de poluição.
CEPA 9	Outras atividades de proteção do ambiente	Formação e educação em proteção ambiental e atividades de consultoria ambiental em áreas de proteção ambiental não discriminadas.
Atividades de gestão dos recursos		Exemplos
CReMA 10	Gestão da água	Minimização da captação de águas interiores através de redução de perdas e fugas de água, reutilização e poupança de água. (1)
CReMA 11	Gestão de recursos florestais	
CReMA 11A	Gestão de áreas florestais	Medição, controlo e monitorização de áreas florestais e stocks de madeira; educação, formação e administração relacionada com a gestão das florestas.
CReMA 11B	Minimização da utilização de recursos florestais	Redução da utilização de produtos florestais (madeira e outros); recuperação, reutilização ou poupança de produtos e subprodutos florestais.
CReMA 12	Gestão da fauna e da flora selvagens	Restauração (reabastecimento de stocks de flora e fauna selvagens); Educação, formação e administração geral ligadas à gestão da flora e fauna selvagens.
CReMA 13	Gestão de recursos energéticos	
CReMA 13A	Produção de energia proveniente de fontes renováveis	Produção de energia a partir de fontes renováveis (eólica, solar, geotérmica, hidrotermal e oceânica, hidroelétrica, biomassa, gases de aterro, gases de tratamento de esgotos e biogás).
CReMA 13B	Poupança e gestão do calor e da energia	Economia de energia, isolamento térmico e recuperação de energia (ex.: cogeração de calor e eletricidade, redução de perdas no transporte de energia, melhoria de eficiência energética, etc.)
CReMA 13C	Minimização da utilização de energias fósseis como matérias-primas	Minimização dos recursos fósseis através de modificações no processo de fabrico, recuperação de materiais baseados em recursos fósseis não energéticos, produção de substitutos de produtos de petróleo.
CReMA 14	Gestão de minerais	Economia de recursos minerais através de recuperação de materiais à base de minerais (processamento de resíduos e sucata de materiais minerais metálicos e não metálicos e outros artigos).
CReMA 15	Atividades de investigação e desenvolvimento para a gestão de recursos (I&D)	I&D destinada a novas aplicações no campo da gestão e poupança de recursos naturais: I&D em energia renovável, para poupança de energia e minerais, para economias de madeira e outros recursos biológicos, etc.
CReMA 16	Outras atividades de gestão dos recursos	Formação e educação em gestão de recursos e atividades de consultoria ambiental em áreas de gestão dos recursos não discriminadas.

(1) A captação, o tratamento e a distribuição de água devem, em princípio, ser excluídos. No entanto, o *Environmental goods and services sector accounts, Practical Guide* prevê que, se as fontes de dados disponíveis não permitirem a sua separação, podem ser incluídos na CReMA 10 (este é o caso nacional).

Fonte: baseado em *Environmental goods and services sector accounts, Practical Guide*

### A.2 Contas de Despesas em Proteção do Ambiente (CDPA)

As CDPA apresentam dados sobre as despesas nos domínios de proteção do ambiente, ou seja, os recursos económicos afetos por unidades residentes à proteção do ambiente. Estas Contas permitem compilar a Despesa nacional em proteção do ambiente (DNPA). O algoritmo previsto pelo sistema de reporte ao Eurostat e utilizado para o cálculo da DNPA é:

$$DNPA = \text{despesa de consumo final} + \text{consumo intermédio} + \text{investimento (FBCF + NP)} - \text{transferências correntes e de capital recebidas do Resto do Mundo} + \text{transferências correntes e de capital pagas ao Resto do Mundo}$$

Tal como as CSBSA, além do Regulamento e referências metodológicas das Contas Nacionais, as CDPA têm outros documentos metodológicos de referência específicos, nomeadamente o *Environmental protection expenditure accounts Handbook 2017 edition* do Eurostat. A lista dos produtos e atividades económicas abrangidos por este projeto obedece também ao determinado pelo manual *Environmental goods and services sector accounts Practical guide*.

Os resultados das CDPA não são diretamente comparáveis com os resultados dos inquéritos da área do ambiente utilizados e respetivos apuramentos, porque: 1) as CDPA incidem apenas sobre os serviços de proteção do ambiente e não abrangem nem os restantes produtos de proteção do ambiente nem a gestão dos recursos; 2) as CDPA são uma estatística derivada, ou seja, cruzam várias fontes de informação; 3) as CDPA são uma conta satélite das Contas Nacionais, pelo que utilizam fontes, metodologias e princípios idênticos, nomeadamente o da exaustividade.

As principais **fontes de informação** utilizadas nas CDPA são as mesmas das CSBSA.

Estas Contas relacionam-se com as CSBSA, mas:

- Restringem os domínios de observação à proteção do ambiente (classificação CEPA), ou seja, não abrangem a gestão dos recursos (Classificação CReMA);
- Incidem predominantemente sobre a parcela dos produtos ambientais específicos que correspondem aos **serviços específicos de proteção do ambiente**. Com efeito, os produtos de proteção do ambiente, que englobam bens e serviços, podem ser categorizados em função do propósito (principal ou secundário) para proteção do ambiente. Os produtos cujo propósito principal é a proteção do ambiente são designados Produtos específicos de proteção do ambiente. A parcela dos produtos específicos de proteção do ambiente correspondente a serviços são os serviços de proteção do ambiente;
- Não detalham informação por ramos de atividade;
- Alargam o número de variáveis estimadas e
- Detalham por setor institucional a maioria das variáveis.

#### **A produção total de serviços de proteção do ambiente compreende:**

- Produção mercantil – é a produção que é, ou se destina a ser, vendida no mercado;
- Produção para utilização final própria – consiste nos serviços que são retidos para consumo final próprio; No questionário das CDPA prevê-se que esta produção seja somada à produção mercantil e incluída nessa operação;
- Produção não mercantil – é a produção fornecida a outras unidades gratuitamente ou a preços economicamente não significativos;
- Produção auxiliar - advém das atividades auxiliares, como, por exemplo, atividades de tratamento de resíduos que não constituem atividade produtiva das entidades, e pode ser estimada pela soma dos custos.

#### **Nota sobre o comércio internacional de serviços de proteção do ambiente:**

O comércio internacional de serviços de proteção do ambiente no âmbito da *gestão das águas residuais* (CEPA 2) ou da *gestão dos resíduos* (CEPA 3) compreende as operações com vista a um trabalho por encomenda (sem transferência de propriedade) entre dois países. Para esses casos, a exportação destes serviços corresponde ao valor do serviço prestado por Portugal ao exterior, e a importação surge no caso oposto, quando Portugal recorre a outro país para tratar os seus resíduos.

#### **Considerações finais e revisões:**

Embora as CSBSA e as CDPA já se encontrem ao abrigo de um regulamento, estes projetos são ainda objeto de discussão conceptual no Eurostat, nomeadamente sobre as fronteiras dos domínios do ambiente e a classificação de produtos incluídos.

As CDPA são constituídas por um conjunto de informação de natureza económica, com variáveis de cálculo obrigatório e outras de cálculo facultativo. Para a **DNPA** contribuem variáveis desses dois tipos. O INE calcula um número significativo de variáveis para além das obrigatórias por regulamento, nomeadamente todas as variáveis subjacentes à DNPA.

Os resultados agora apresentados implicaram revisões menores para 2014-2016 face à publicação anterior divulgada em fevereiro de 2019, devido a atualizações da informação e aperfeiçoamento do cálculo de algumas variáveis da DNPA. Estas revisões não tiveram impactos significativos nos principais resultados das CDPA.